

LDO reduz repasse para metrô

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — O projeto da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que o governo deverá enviar ao Congresso na próxima semana prevê a redução das transferências do Tesouro para o Governo do Distrito Federal (GDF), no valor mensal de US\$ 53 milhões, e dos repasses para obras do metrô — US\$ 30 milhões —, obra criticada pelo seu alto custo e considerada inoportuna num momento de carência de recursos para investimento.

O secretário de Fazenda do GDF, Everardo Maciel, disse que o corte é "técnicamente inconsistente" e será responsável pela paralisação da máquina administrativa, pois os recursos correspondem à metade do orçamento do GDF, destinados ao pagamento da folha de pessoal dos funcionários dos setores de saúde, educação e segurança pública.

Na nova proposta de orçamento para 1994, os ministérios mais afetados pelos cortes serão os do Bem Estar Social e Integração Regional (que deverão ser extintos), que tiveram redução de mais 45% dos recursos a eles destinados, a exemplo dos demais. As três exceções são: Saúde, Trabalho e Previdência.

Na verdade, o Ministério da Saúde teve seus recursos aumentados, porque de uma dotação equivalente a cerca de apenas 20% de suas necessidades, passou para 80%. A Previdência Social não foi afetada, exceto no caso de



Itamar Franco: carta branca

US\$ 5,6 bilhões, referentes a uma atualização de números expressos num orçamento calculado de acordo com uma inflação estável. Já no caso do Ministério do Trabalho, alimentado quase exclusivamente por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sofreu o corte de apenas 15% relativo às vinculações, determinado pela emenda constitucional.

Ao aprovar o capítulo fiscal do programa, o presidente Itamar Franco preocupou-se apenas em perguntar se dois setores estavam atendidos no novo orçamento: saúde e manutenção do Senado Federal. Um fonte do Palácio do Planalto esclareceu que Ita-

mar Franco não entrou em detalhes na discussão sobre os números com o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, e lhe deu carta branca para concluir o documento e enviá-lo ao Congresso.

MINISTÉRIO
DA SAÚDE
TEVE
OS SEUS
RECURSOS
AUMENTADOS
NO PROJETO